

Luciene Juliano Simões  
lucisim@portoweb.com.br

## Aprendizagem da gramática do português escrito: algumas reflexões a partir da aquisição da língua falada<sup>1</sup>

Thinking about spoken and written language acquisition: the case of variation in Brazilian Portuguese

**RESUMO** – A discussão retoma a noção de gramática internalizada a partir de dados de fala infantil analisados no que respeita à expressão de sujeitos gramaticais. Procura-se demonstrar que a fala da criança, desde cedo, é sensível a regras gramaticais extremamente sutis, respeitando de maneira cada vez mais próxima as características da fala dos adultos em seu meio. Isso é relevante para a reflexão sobre a aquisição da escrita quando se trata de pontos da gramática do português do Brasil com relação aos quais há diferenças marcantes entre fala e escrita, pois o processo de letramento, nesses casos, implicará o contato com novas regras gramaticais. Chama-se atenção, para enriquecer tal discussão, para a diferença entre a fala de crianças brasileiras e de crianças portuguesas, cujos usos da língua, já desde cedo, se assemelham a usos que, no Brasil, só se verificam na escrita. Propõe-se uma reflexão, a partir desse quadro, sobre a importância da convivência da criança com a língua escrita e da atividade discursiva da criança no mundo letrado, uma vez que, na fala, apenas dessa convivência – interacionalmente constituída e socialmente relevante – dependeu a aquisição.

**Palavras-chave:** aquisição da linguagem, gramática internalizada, sujeitos pronominais.

**ABSTRACT** – This paper once more addresses the issue of an internalized grammar through the analysis of spoken child language in what concerns the expression of grammatical subjects. Such analysis attempts to show evidence that from a very early age children are sensitive to rather subtle grammatical rules, and come to respect in a precise way the grammatical restrictions of the adult grammar as development unfolds. These facts are taken as especially relevant in what concerns rules which differ in the spoken and written varieties of Brazilian Portuguese. In such cases, the acquisition of literacy skills will put the child in contact with new grammar rules. In order to make the discussion clear, Brazilian children data are compared to Portuguese children spoken data. Such contrast shows that from the very early uses, in the case of Portuguese children, spoken discourse is comparable to written discourse, and that is not true for the spoken discourse of Brazilian children. Taking these facts into account it is argued that literate discourse activities at school will be of fundamental importance for the acquisition of written Brazilian Portuguese, once such social and discursive activity was the only context necessary for the acquisition of the rules of spoken language, which was not explicitly taught by adults to the infant and toddler.

**Key words:** language acquisition, internalized grammar, pronominal subjects.

Todos aqueles que trabalham com educação lingüística têm advertido repetidamente sobre a importância de uma visão de ensino de língua materna que não privilegie o conhecimento gramatical, mas sim o desenvolvimento das competências discursivas do aluno, principalmente no que toca à atividade discursiva inscrita no mundo letrado, seja ela uma atividade de leitura e escrita ou de um tipo a que, seguindo Angela Kleiman, podemos fazer referência como de oralidade letrada (cf. Kleiman, 1995; ver ainda Geraldi, 1993; Guedes e Souza, 1998; e

Batista, 1997). Neste pequeno artigo, quero construir o argumento de que, mesmo quando se pensa em aprender gramática, a atividade discursiva dos alunos segue sendo, necessariamente, o eixo central de um ensino de língua materna que se pretenda bem-sucedido.

Partirei de dois conjuntos de premissas fundamentais para a Lingüística. Um deles diz respeito à concepção de gramática como conhecimento internalizado; o outro se constitui a partir de uma série de achados da pesquisa da língua falada, em sua aquisição ou em seu uso por adultos,

<sup>1</sup> Este artigo tem como base uma conferência proferida no Clégio Santa Inês, em Porto Alegre, como parte de uma atividade de consultoria prestada àquela escola pelo Núcleo de Integração Universidade-Escola da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS. Devo àquele conjunto de professores de séries iniciais e ao meu mestre e colega Paulo Coimbra Guedes, cujas recepções do argumento desenvolvido na conferência foram positivas e enriquecedoras, a confiança que agora me estimula a transformá-lo neste texto escrito.

achados que demonstram serem a gramática brasileira e a portuguesa muito distintas. As duas primeiras sessões do artigo ocupam-se dessas duas premissas. Em seguida, discuto, sob a luz de dados de aquisição, a hipótese subjacente à discussão de letramento que se apóia em descrições sociolingüísticas para apontar que a aquisição da escrita e dos registros mais formais de uso da linguagem envolve algum nível de bidialetalismo (cf. Soares, 1986; Guedes e Souza, 1998; Bortoni-Ricardo e Dettoni, 2001). Finalizo, então, o argumento, discutindo que apenas a continuidade do processo de aquisição de uma língua – ou de um dialeto de uma língua – poderá garantir que o aluno construa o conjunto de conhecimentos de que precisará lançar mão para participar ativamente do mundo letrado.

### O caso dos ditos sujeitos nulos

#### Os sujeitos do português ouvido pelas crianças brasileiras

Uma característica sintática que separa o português falado no Brasil (PB) do português europeu (PE) é o emprego de elipse para manifestação de um sujeito oracional que seja semanticamente referencial, sendo esse sujeito análogo ao emprego de um pronome para estabelecer a referência ou para fins da retomada de referentes em discurso. São exemplos desse emprego dêitico ou anafórico do sujeito aqueles apresentados em (1) e (2), nos quais a posição em que tal elemento ocorre está sinalizada pela presença da letra **e**, grifada em negrito.

(1) (Os interlocutores estão diante de uma deliciosa torta de chocolate, e um deles diz:) Não toca aí, **e** é para o aniversário da mãe hoje de noite.

(2) A Vó do Vítor morreu de rir, mas **e** achou a mala uma beleza. **e** Examinou couro, alça, fecho, **e** acabou se preocupando (adaptado de L.B. Nunes, 1997).

Diversos estudos acerca do PB vêm demonstrando que o emprego de tais sujeitos elípticos, que aqui chamaremos de sujeitos nulos, é severamente mais restritivo em PB do que em PE. Duarte, em estudos empreendidos dentro do marco da sociolingüística variacionista, demonstra num conjunto de estudos sincrônicos e diacrônicos que o português do Brasil vem perdendo a propriedade de expressar seus sujeitos referenciais através de sujeitos nulos e que, em nossa língua falada, os contextos de dêixis e de retomada referencial feita por pronomes explícitos já excedem numericamente os empregos de sujeitos nulos. Vejamos as evidências empíricas reunidas pela autora.

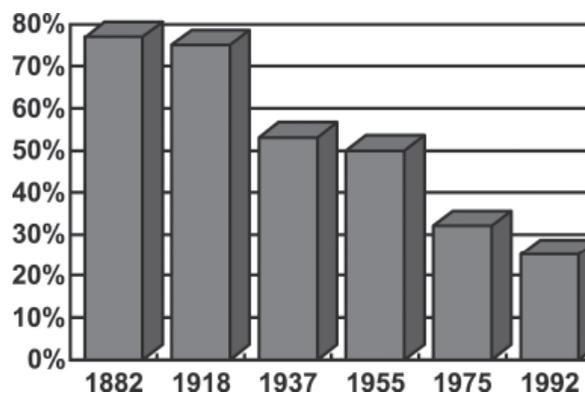
Em estudo sobre a história do português do Brasil, Duarte (1993) examina o emprego de sujeitos referenciais anafóricos em peças teatrais representativas da dramaturgia popular brasileira distribuídas cronologicamente num período que vai de 1845 a 1992. Tais textos são tomados como dados relevantes para a compreensão dos usos coloquiais falados da língua, por razões conhecidas no contexto dos estudos históricos: *a priori* aproximam-se mais da língua falada por terem sido concebidos para serem ditos no palco por personagens representando interações verbais. Os resultados da autora são os seguintes: no ano de 1845 (cujos dados são os da peça *O noviço*, de Martins Pena), os sujeitos dêiticos e anafóricos eram expressos através de sujeitos nulos em 80% dos casos; no ano de 1992 (peça *No coração do Brasil*, de Miguel Falabella), este percentual desce para menos de 30% dos casos. Segundo a autora, há uma correlação entre a queda dos percentuais, modificações nos modos de endereçamento utilizados nas peças (referência à 2ª pessoa do discurso) e uma mudança generalizada no paradigma de flexão verbal<sup>2</sup>. Os trechos em (3) e (4) são retirados do artigo da autora. Neles vemos o emprego distinto dos sujeitos cuja referência é conhecida. Na peça do século XIX, tais sujeitos são expressos elípticamente, pelo uso de sujeitos nulos; nas peças de nossa época, por meio de pronomes. Em termos gráficos, as evidências são aquelas manifestas na Figura 1<sup>3</sup>.

(3) Tua filha está moça e em idade de casar-se. **e** Casar-se-á, e terá um genro que exigirá a legítima de sua mulher. (1845/Martins Pena)

Se o encontrarem, dêem-lhe uma boa arrojada e levem-no preso. (À parte) **e** Há de me pagar. (1845/Martins Pena)

(4) Dancei com **ela** naquele giro de loucura, da alegria máxima, de um povo genialmente triste. **Ela** me amou como se eu fosse

Figura 1. Ocorrência total de sujeitos nulos.



Fonte: adaptado de Duarte (1993, p. 112).

<sup>2</sup> Não nos deteremos nesta discussão aqui, ver Duarte (1993 e 1996) e as referências lá citadas para um maior aprofundamento quanto às questões da concordância verbal hoje vigente na gramática do português do Brasil.

<sup>3</sup> Esta figura foi reproduzida aqui a partir do estudo da autora; Gráfico 4 de Duarte (1993, p. 112). Omite-se a coluna correspondente a 1845, que é idêntica à de 1882.

o último homem sobre a terra. (1955/Millôr Fernandes)

**Eu** já te contei sobre a foto que **eu** vi uma vez? (1992/Miguel Falabella)

Parece, então, que a opção preferida na fala brasileira para a expressão desses sujeitos é o pronome, em detrimento da elipse. A autora confirma essa hipótese já no estudo diacrônico através de um expediente interessante: a comparação do texto escrito da peça de Falabella com a gravação de sua representação por atores no palco. Os dados são os seguintes: não há nenhum caso de sujeito pronominal no texto da peça que tenha passado a nulo em sua oralização. A situação inversa, entretanto, é atestada: na 3ª pessoa, o percentual de sujeitos nulos cai em 13%; e na 1ª pessoa, em 10%. Vejamos (5) e (6), um exemplo dessa diferença entre o texto de Falabella e a gravação da peça feita por Duarte.

(5) e Não posso mais ficar aqui a tarde toda, não. e Tirei quatro notas vermelhas. e Preciso dar um jeito na minha vida. (1992/Falabella)

(6) **Eu** não posso mais ficar aqui a tarde toda não. **Eu** tirei quatro notas vermelhas. **Eu** preciso dar um jeito na minha vida. (1992/gravação de apresentação da peça de Falabella)

Além disso, a autora realiza outro estudo sobre o tema, desta vez tematizando o uso de sujeitos por brasileiros em situação de fala informal. Nosso relato baseia-se em Duarte (1995, 1996). Os dados da pesquisa foram gerados a partir de um conjunto de 13 entrevistas realizadas com cariocas de formação universitária dentro dos moldes da pesquisa variacionista. A amostra foi estratificada por idade, nas faixas 25 a 32 anos, 45 a 53 e 59 a 74 anos. A autora obteve um total de 1.424 dados de sujeitos referenciais em contextos nos quais o emprego de um nome próprio ou de um sintagma nominal descritivo é despreferido. Desses, 1.009 ocorrências foram pronominais, ou 71% dos casos. Apenas 415 foram sujeitos nulos, ou 29% dos casos. Também, a idade do informante demonstrou ser um fator significativo nos percentuais de nulos. Quanto mais velho o informante, maior o percentual.

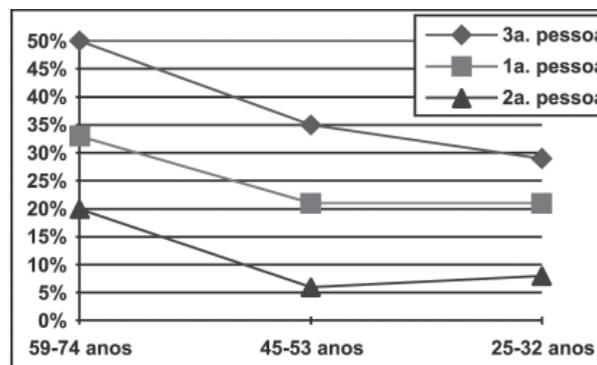
É interessante que, em ambas as pesquisas de Duarte, nota-se nos dados diferenças entre os percentuais de sujeitos nulos nas três pessoas do discurso, na seguinte direção: o menor uso de nulos ocorre nos contextos de segunda pessoa<sup>4</sup>, seguidos pelos de primeira e, por fim, pelos de terceira. Ou seja, a pessoa do discurso na qual o emprego de sujeitos nulos, elípticos, é mais numeroso

é a terceira pessoa – pessoa do discurso na qual a informação de pessoa não está marcada na desinência verbal. Na primeira pessoa, cuja marca de concordância verbal está mantida na fala brasileira, o percentual de pronomes é mais alto do que na terceira. Tanto essa diferença entre as pessoas do discurso, quanto os percentuais de sujeitos nulos no português falado hoje em cada uma das faixas etárias consideradas estão expressos na Figura 2.

Ora, nós professores de português sabemos que esse conjunto de evidências desmente de maneira bastante direta a descrição que apresentam as gramáticas escolares quando tratam do emprego dos ditos sujeitos ocultos. Segundo a gramática normativa, os sujeitos ocultos são preferenciais – ou nos termos de Cunha e Cintra, a opção “normal” (cf. 2001, p. 282) – para expressar sujeitos já conhecidos no discurso, uma vez que são redundantes não apenas com menções anteriores de tal referente, como também, e principalmente, com a marca de concordância presente na forma verbal<sup>5</sup>. O emprego do pronome, nessa perspectiva, torna-se uma repetição viciosa, tão comumente apontada por revisores e por alguns professores com relação a textos mais marcados pela oralidade. A questão que aparece em estudos como os de Duarte, no entanto, é que de fato se está diante de mudança gramatical. A organização gramatical do português do Brasil hoje é tal que restringe o emprego de sujeitos elípticos.

Esse é o ponto de vista, por exemplo, de Figueiredo Silva (1996). Em trabalho de discussão sintática no quadro teórico gerativista – ou seja, sem apelo a

**Figura 2.** Sujeitos nulos de acordo com a idade e a pessoa gramatical.



Fonte: Duarte (1995, p. 1)

<sup>4</sup> Trata-se aqui da segunda pessoa do discurso – de fala na qual o falante dirige-se a seu interlocutor –, mas da utilização da forma você e da concordância verbal não marcada.

<sup>5</sup> É evidente que tal redundância com a forma verbal diz respeito ao paradigma de concordância lá suposto (ver nota 4). Com relação à descrição gramatical, Bechara chega a designar o aparecimento de material mórfico na posição de sujeito como explicitação léxica. Segundo ele, não se pode falar de elipse do sujeito, uma vez que este está expresso na desinência verbal. O caso especial seria, então, o aparecimento da forma léxica na posição de sujeito, que ocorrerá quando, nas palavras do autor, sente o falante a necessidade de explicitar, de indicar claramente a que pessoas ele quer referir-se (1999, p. 409).

levantamentos numéricos e valorizando julgamentos de gramaticalidade – a autora procura demonstrar que em alguns contextos sintáticos o uso do sujeito nulo é impossível no português falado no Brasil. Essencialmente, a autora concentra sua discussão em casos como aqueles que aparecem aqui em (7) e (8). Nos exemplos, o asterisco indica que a construção seria impossível, ou seja, agramatical. Note que na formulação da frase em que o pronome aparece explicitamente, a frase não causa qualquer estranhamento.

- (7) \*O que comprou ontem?  
O que você/tu/ela comprou ontem?  
(8) – A Maria trouxe as bebidas?  
\*– O vinho e trouxe.  
– O vinho ela trouxe.

A proposta da autora é, em linhas bastante gerais e dispensando o formalismo utilizado em sua análise, a seguinte: se no contexto de uma frase houver um elemento interrogativo bem à esquerda, com em (7), ou um objeto topicalizado, como em (8), o emprego do pronome torna-se obrigatório. Essa regra não está presente no português europeu, constituindo uma diferença sintática (além da já rapidamente aludida diferença no paradigma de flexão verbal) entre as duas variedades da língua que certamente tem relação com a despreferência por tal emprego na língua falada.

Desse modo, encerrando a caracterização do PB com relação a esse aspecto, chamo a atenção para o trecho em (9), tomado dos dados de Duarte. Nele, os pronomes que fazem referência à tia do informante aparecem em negrito; são muitos os negritos! Parece mesmo que o informante aproveitou cada oportunidade de menção à sua tia para utilizar um pronome; é como se a elipse não fosse uma opção em sua língua. Experimente ler tal trecho uma vez com os olhos e novamente em voz alta, com uma prosódia e uma fonologia bem coloquiais. É provável que na leitura “silenciosa” você sinta um estranhamento que desaparece na oralização do trecho. Retornaremos a esse ponto, mas é disso que estamos aqui falando: a gramática da fala brasileira não é a mesma da escrita brasileira, esta última mais afetada pela normatização, que, historicamente, se inspira no português europeu (ou, talvez, num modelo idealizado de português europeu, cf. Faraco, 2002). Além disso, esse é o sentido de gramática mais relevante para a reflexão escolar: o de gramática internalizada, que ampara os usos efetivos da língua em suas diversas variedades, variedades essas que se entrecruzam.

- (9) Essa minha tia que mora aqui, **ela** é solteirona e eu acho que **ela** é super-feliz, sabe? Eu não acho que **ela** seria feliz assim... **Ela** é uma pessoa que ajuda os outros pra caramba. **Ela** – isso é até um pouco um defeito – **ela** pensa muito mais nos outros do que nela, né. Mas eu acho que **ela** é uma pessoa feliz e tal, que não tem nada... É que a vida não ficou a dever, entendeu, nada. Foi uma opção dela ficar solteira. **Ela** não ficou solteira porque não apareceu pretendente. **Ela** ficou solteira porque **ela** quis. (Duarte, 1995).

### Os sujeitos do português falado por crianças brasileiras

Pois bem, diante do quadro pintado pela literatura acima mencionada, nossa preocupação aqui é com a questão da aquisição e da aprendizagem: e as crianças, que uso fazem dos sujeitos elípticos e pronominais? Sem intenção de ser redundante, mas querendo caracterizar melhor o significado dessa inquietação, poderia perguntar alternativamente: tomando o caso dos sujeitos como microcosmo, que testemunho de sua língua e de si mesmas dão, ao falar, as crianças que chegam à escola?

Esta tem sido uma pergunta central em meu trabalho de pesquisa até aqui. Em estudo anteriormente publicado em maior detalhe (ver Simões, 1999), procurei realizar um levantamento semelhante ao de Duarte (1996) a partir da observação de um menino de dois anos em situação de brincadeira espontânea durante o período de um ano; farei referência a ele usando apenas a inicial *A*. A coleta de dados consistiu de gravações em áudio da interação do menino com um dos seguintes possíveis interlocutores: a entrevistadora, seu pai, sua mãe, sua irmã, ou a babá. As gravações foram realizadas quinzenalmente na casa do menino, localizada em Porto Alegre, RS, durante o período de uma hora; as visitas ao menino ocupavam todo o turno, sendo o tempo de gravação apenas um período da brincadeira. À época, o menino ficava em casa pela manhã e passava a tarde em escola de Educação Infantil, da rede privada. A família constitui-se de adultos com formação de nível universitário. – o pai jornalista e a mãe professora universitária na área de Letras.

Os resultados do levantamento, que inclui o período etário que vai dos 2;4 aos 3;0 de idade, são os seguintes: do ponto de vista qualitativo, as construções oracionais presentes nos enunciados do menino *A* são tais que não violam as restrições descritas na literatura, tanto aquelas indicadas pela pesquisa quantitativa de Duarte como aquelas resultantes da discussão sintática de Figueiredo Silva, ambas já citadas. Primeiro, conforme se pode acompanhar nos enunciados de *A* abaixo transcritos, o menino usa sujeitos nulos em frases comparáveis às que Figueiredo Silva (1996) considera gramaticais. São exemplos disso as frases matrizes independentes cujo sujeito é conhecido a partir do discurso precedente ou da situação de brincadeira na qual o enunciado foi produzido. Como se vê em (10), tais enunciados tanto apresentam sujeitos pronominais como nulos. Já nas frases em que há elementos à esquerda, como as de (11), tais tipos de sujeito não aparecem, revelando uma discriminação bastante complexa, considerando que o menino tinha três anos de idade ou menos.

- (10) Eu consigo (2;4)  
Ela anda a cavalo, anda de moto, ela anda. (2;4)  
Não quer, tu não quer? (2;4:21)  
Eu já vi muitas vezes o filme do Pequeno Pônei. Não é, não é encantado! (3;0)

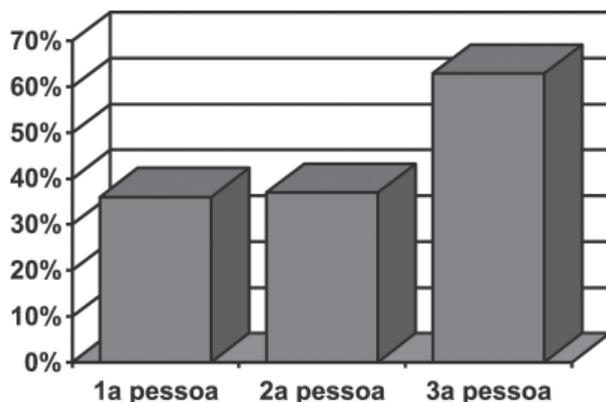
Não tô conseguindo. (3;0)  
 Não entra bem. (3;0)  
 Também são assim. (3;0)  
 (11) Esse eu também conségui. (2;4)  
 O motoqueiro eu vou cortar. (2;6)  
 E esse também tu quer? (2;6)  
 Como eu sou forte! (2;6)  
 A minha malinha eu peguei. (3;0)

Além disso, outra regularidade da língua que é res-  
 peitada na fala de A, segundo os dados por mim gravados,  
 é que os percentuais de sujeitos nulos são maiores na ter-  
 ceira pessoa do discurso, seguida da primeira e da segunda,  
 exatamente como na fala de adultos brasileiros.

Do ponto de vista quantitativo, os resultados são  
 também bem interessantes. O menino A utilizava nesta  
 fase de sua vida frases com sujeitos nulos em propor-  
 ções mais elevadas do que aquelas que Duarte (1996)  
 atesta com relação aos adultos brasileiros – tomando a  
 totalidade da amostra o índice é de 51% desses sujeitos.  
 A comparação entre a Figura 2 e a Figura 3 ilustra essa  
 diferença, mostrando, ao mesmo tempo, do ponto de vista  
 percentual, o uso diferencial desses sujeitos nas diferentes  
 pessoas do discurso.

Encontra-se, no entanto, uma explicação para essa  
 diferença entre os dados da criança e os dos adultos na

**Figura 3.** Sujeitos nulos nas três pessoas do discurso,  
 dados da fala de um menino brasileiro entre 2;4 e 3;0  
 de idade.

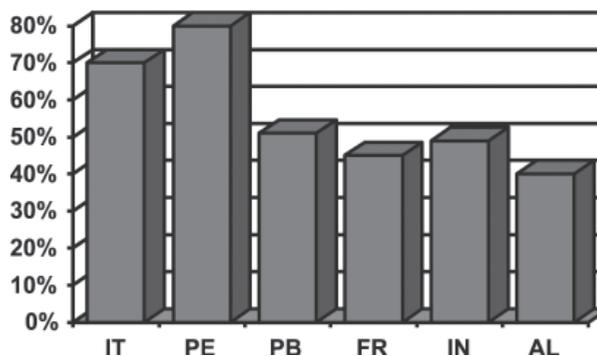


pesquisa que se realiza internacionalmente sobre a questão  
 do desenvolvimento sintático: seja qual for a língua, as  
 crianças parecem passar por um período de seu desenvol-  
 vimento lingüístico durante o qual a omissão, seletiva, de  
 elementos da oração é bastante freqüente. Ou seja, mesmo

em línguas que não permitem sujeitos nulos em qualquer  
 tipo de frase (exceto nas orações imperativas e coordena-  
 das, que apresentam sujeitos nulos universalmente), as  
 crianças da idade do menino A omitem sujeitos. Os per-  
 centuais dessa omissão, contudo, são bem reveladores: em  
 línguas que permitem os sujeitos nulos, as crianças omitem  
 seus sujeitos em percentuais bastante altos, como os adul-  
 tos de sua comunidade; em línguas nas quais os sujeitos  
 nulos são restritos ou mesmo impossíveis, elas omitem  
 mais do que os adultos, mas menos do que as crianças  
 de línguas de sujeito nulo. Vejamos como se comporta A  
 considerando esse panorama. A Figura 4 apresenta uma  
 comparação dos dados de A com os dados levantados por  
 pesquisadores da aquisição de outras línguas como língua  
 materna. Tais línguas são, na ordem de seu aparecimento  
 no gráfico, as seguintes: o italiano, o português europeu,  
 o português brasileiro, o francês, o inglês e o alemão.

Os agrupamentos percentuais na Figura 4 são, de  
 fato, um rico testemunho do menino A com relação a sua  
 língua: a fala de A, com relação a sujeitos nulos, agrupa-

**Figura 4.** Sujeitos nulos nos dados da aquisição inicial do  
 italiano, do português europeu, do português brasileiro,  
 do francês, do inglês e do alemão<sup>6</sup>.



se com a fala de crianças aprendendo línguas que não os  
 permitem, como o francês e o inglês, ou que os restringem  
 fortemente, como o alemão. Em separado, num grupo no  
 qual os percentuais são mais altos, estão os resultados  
 de pesquisa com crianças italianas e, curiosamente, com  
 crianças portuguesas. Ora, se adultos portugueses falam  
 de modo gramaticalmente diverso de adultos brasileiros,  
 por que não o fariam as crianças? Note-se, ainda, outra  
 comparação rica: a coluna que expressa em termos gráfi-  
 cos os resultados quantitativos do uso desses sujeitos por  
 crianças portuguesas é muito parecida com a do português

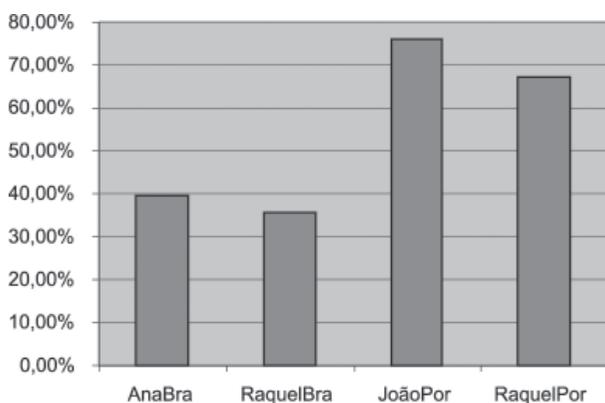
<sup>6</sup> Os dados do português brasileiro foram obtidos por mim, cf. Simões (1999); os demais dados foram retirados de pesquisas publicadas na literatura especializada, na seguinte correspondência: italiano/Valian (1991), português europeu/Faria (1993), francês/Pierce (1992), inglês/Hyams e Wexler (1993) e alemão/Clahsen (1989).

de peças de teatro brasileiras do século XIX, conforme a Figura 1 aqui apresentada. Isso não surpreende, uma vez que a fala portuguesa não passou, neste aspecto, pela mudança por que passou a fala brasileira.

Tais conclusões de meu estudo viram-se confirmadas por estudo recente realizado por Telma Magalhães em sua tese de doutoramento (Magalhães, 2006). Nesse trabalho, a pesquisadora segue os passos de meu estudo inicial da fala de um menino e realiza levantamento do uso de sujeitos e objetos pronominais e elípticos por quatro crianças pequenas (entre as idades de 1;9 e 2;11), duas brasileiras e duas portuguesas. As crianças foram todas observadas em situação semelhante à de meu trabalho, brincando. As duas crianças brasileiras pertencem a famílias de classe média da cidade de Campinas; as portuguesas, a famílias de classe média de Lisboa. Desse modo, realiza-se o contraste direto de dados de crianças das duas comunidades de fala portuguesa. Novamente, os resultados apontam para diferenças. O uso de sujeito nulo de crianças brasileiras é menos freqüente e mais restrito, conforme se pode visualizar na Figura 5; dentro do universo de sujeitos preenchidos, os brasileiros utilizam muito mais pronomes do que os portugueses e tais pronomes estão distintamente distribuídos pelas diferentes pessoas do discurso. Além disso, fato que não tinha sido tratado em meu trabalho, embora o uso seja pouco freqüente, desde essa idade precoce, as crianças portuguesas exibem, na posição de objeto, o emprego de pronomes oblíquos de terceira pessoa, enquanto as brasileiras não os utilizam.

Tentemos fazer, com relação a essa diferença entre as crianças brasileiras e as portuguesas, um pequeno exercício de comparação contrastiva de seus enunciados. Em

**Figura 5.** Sujeitos nulos na fala de crianças brasileiras (AnaBra e RaquelBra) e portuguesas (JoãoPor e RaquelPor), na faixa dos 2;6-2;11.



Fonte: Magalhães (2006, p. 80).

(10) e (11) acima, apresentei alguns dos dados por mim obtidos na pesquisa antes referida. Em seguida, em (12), valho-me de dados transcritos por pesquisadoras portuguesas, preocupadas também com questões de aquisição da sintaxe, na oralidade<sup>7</sup>. Ficam evidentes as diferenças gramaticais. Em Portugal, as crianças de dois, três e quatro anos de idade, ainda não alfabetizadas, simplesmente falam a língua que ouvem – com ênclises, formas verbais como *dás* e *foste*, entre outras características que não as tornam gênios gramaticais, mas as tornam simplesmente pequenos portugueses, levando-nos a crer que, para que a criança se aproprie desses recursos, não precisam ir à escola aprender a discorrer sobre eles, bastando que seja significativo usá-los por serem parte de sua vida.

- (12) Não chama-se nada (1;8)  
 Senta lá ao meu colo que eu sento-me aqui (2;4)  
 Dás-me uma amêndoa... e ela não deu (2;4)  
 Por que é que foste-me interromper? (2;5)  
 Estou-me a vestir (2;5)  
 É que não estragou-se (3;3)  
 Foi alguém que meteu-me nesta fotografia (3;3)  
 Depois o Pantufa estava-se a meter com as abelhas (4;0)  
 Estava a zangar com ele (5;0)  
 Depois atirou-lhe...ele...para o rio (5;0)

Resumindo, temos que o menino A e as duas crianças brasileiras estudadas por Magalhães (2006) parecem dar um testemunho, se sua fala é comparada à de crianças adquirindo outras línguas, de que o português falado no Brasil tem, com relação ao uso de sujeitos nulos, diferenças com relação ao português europeu. Ao mesmo tempo, a fala de A evidencia que o menino tem sutis capacidades de adaptação aos padrões gramaticais da fala que o cerca: ele usa sujeitos nulos apenas em construções sintáticas que os permitem e diferencia esse uso, em termos quantitativos, de uma pessoa do discurso para outra, da mesma forma que os adultos observados por Duarte (1995, 1996). Por fim, o menino também dá um testemunho de que é criança; ele omite mais os sujeitos do que os adultos, o que vem aparecendo na pesquisa internacional como uma tendência geral das crianças pequenas ao falar, e se confirma nos dados de Magalhães (2006), que observa haver mais sujeitos nulos na fala de suas crianças brasileiras no início da amostra, por volta dos 2;0-2;6 de idade.

Com relação a isso, permanece uma indagação: não seriam os altos percentuais dos sujeitos na fala de A uma evidência contrária à hipótese de que o português brasileiro desprezere o emprego da elipse? Ou o desenvolvimento posterior das crianças evidencia que, de fato, esse uso mais freqüente de nulos está relacio-

<sup>7</sup> Os dados são de Inês Duarte *et al.* (1995). O estudo examina a aquisição da posição de clíticos em português europeu, demonstrando que há evidências de que a criança generalize a posição enclítica, mesmo em contextos que são de próclise para o adulto. A discussão, evidentemente, não se aplica à aquisição do nosso português, o que mais uma vez confirma o argumento aqui desenvolvido.

nado ao processo de aprendizagem da língua? Os dados de Magalhães (2006), apresentados na Figura 5 acima, contradizem essa hipótese, pois, nas fases finais de sua amostra, as crianças já exibiam usos mais restritos desse tipo de sujeito. Também eu, em pesquisa subsequente àquela dos dados de A, examinei, em colaboração com outras pesquisadoras<sup>8</sup>, os dados de crianças maiores para encontrar indicações com relação a tais perguntas de pesquisa. Os dados correspondem também a coletas longitudinais, ou estudos de caso, e pertencem ao Banco de Dados “Desenvolvimento da Linguagem da Criança em Fase de Letramento” da UFRGS (cf. Guimarães e Lamprecht, 1995)<sup>9</sup>.

Nesse caso, no entanto, a situação de coleta não era a brincadeira espontânea, mas situações de relato e narrativa propostas em três diferentes modalidades: o relato pessoal, no qual a criança era instada pela entrevistadora a contar algo significativo que lhe tivesse acontecido recentemente, a narrativa ficcional, na qual se solicitava à criança a recontagem de uma história que ela tivesse ouvido (em geral, as histórias resultantes eram recontagens de contos de fada como *O Chapeuzinho Vermelho*, etc.), e, por fim, a narrativa de uma história em seqüência, na qual se solicitava que a criança contasse uma história a partir da manipulação de um conjunto seqüenciado de gravuras. Os dados aqui apresentados são do conjunto das entrevistas realizadas com uma menina, a quem me referirei como C, observada dos quatro até os oito anos de idades, e de um menino, a quem me referirei como G, observado dos cinco até os nove anos de idade. O gráfico abaixo apresentado, na Figura 5, compara os índices de emprego de sujeitos nulos obtidos no exame dos dados de A, seguidos pelos índices de nulos nas narrativas produzidas por essas duas crianças mais velhas e, finalmente, os percentuais atestados por Duarte (1995, 1996).

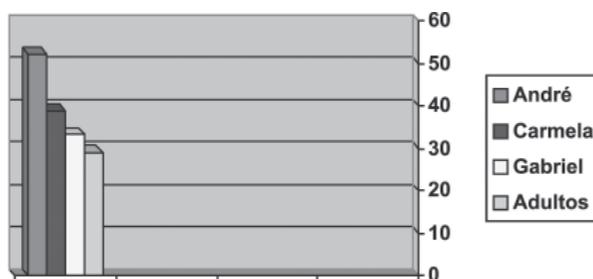
Fica evidente no gráfico que, à medida que a criança cresce, seu uso de sujeitos vai se conformando ao uso encontrado na fala dos adultos. Novamente, as crianças dão um testemunho de ter a sutil capacidade de adaptar sua fala às características gramaticais da fala que as cerca e, ao mesmo tempo, de que tal fala – ou seja, o português que conheceram em sua família e nos demais contatos com adultos na escola de educação infantil e em outros contextos – não se enquadra no que dizem *sobre* o português as gramáticas que pautam as expectativas escolares. Olhar, como já disse

acima, com uma lupa essa situação me parece revelador para o professor de língua materna. A eloqüência desse conjunto de dados é para mim enorme: a criança chega à escola mergulhada em um processo de apropriação discursiva que se vai romper, pois só um processo de ruptura pode explicar a repentina “perda” pelas crianças do que venho chamando aqui de “sutil capacidade” de fazer ouvir em seu discurso as vozes de sua comunidade – e isso do ponto de vista de suas mais imperceptíveis, metacognitivamente falando, conformações gramaticais. Vejamos de que modo a escrita brasileira reserva ainda novas nuances ao quadro até aqui descrito.

### Os sujeitos do português brasileiro escrito

A questão é que nossas crianças passarão por um processo particularmente desafiador para chegar a produzir escritos que revelem os escritos de sua comunidade; isso

**Figura 6.** Percentual de sujeitos nulos nos dados de André (dois a três anos de idade), Carmela (quatro a oito anos de idade), Gabriel (cinco a nove anos de idade) e adultos cariocas.



porque, em nosso contexto, alguns gêneros de língua escrita são particularmente descontínuos em relação à fala, em termos gramaticais (como, aliás, vem demonstrando sobejamente a pesquisa lingüística brasileira, e não haveria aqui espaço suficiente para listar os inúmeros trabalhos reveladores nesse sentido). No desejo de tornar viva a complexidade desse processo, realizei um pequeníssimo levantamento ilustrativo que nos permita visar tal descontinuidade entre fala e escrita com relação ao quadro sobre o qual estamos nos debruçando com nossa lupa<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Manifesto, aqui, meu agradecimento a Micheline Moraes e, em especial, a Simone Soares, ambas graduandas de Letras da UFRGS e beneficiadas por bolsas de iniciação científica do programa PIBIC/CNPq, que contribuíram enormemente para o desenvolvimento de meus projetos.

<sup>9</sup> Os dados de tal banco estão disponíveis através do site [www.childes.psy.cmu.edu](http://www.childes.psy.cmu.edu), pois fazem parte do banco de dados público e internacional CHILDES, mantido pela universidade Carnegie Mellon, nos Estados Unidos.

<sup>10</sup> É evidente que estou tratando a questão de uma forma bastante simplista, uma vez que a escrita varia. A própria pesquisa aqui relatada demonstra isso ao apontar a proximidade entre o texto dramático e a oralidade no que toca ao emprego contemporâneo de pronomes e elipses na posição de sujeito. Nesse sentido, o trabalho com diferentes gêneros textuais, conforme vêm sugerindo diversos pesquisadores na área do ensino da língua materna, poderá permitir ao aluno recuperar a organicidade da vida de sua língua, estabelecendo entre oralidade e escrita um continuum que se move num eixo de formalidade ou de monitoramento (para uma introdução extremamente didática às relações entre variedades, ver Bortoni-Ricardo (2004), ver também a instigante discussão acerca do tema proposta na coleção de artigos em Signorini (2001)).

Tal levantamento consiste na quantificação dos sujeitos pronominais e nulos num pequeno trecho de dois textos de nossa literatura – *O Sofá Estampado* de Lygia Bojunga Nunes e *E do meio do mundo prostituto só amores guardei no meu charuto* de Ruben Fonseca. Escolhi os autores por serem contemporâneos e, salvo melhor juízo, bastante lidos por estudantes brasileiros; reitero com relação a isso a singeleza e o caráter ensaístico do levantamento realizado<sup>11</sup>.

No caso do livro infantil, de Lygia Bojunga Nunes, conta-se uma história que envolve Vítor, um tatu. Na passagem examinada, trata-se um episódio vivido pela avó do Vítor, narrado em terceira pessoa. Comparam-se, então, os números de sujeitos pronominais e nulos de terceira pessoa contidos nessa passagem aos números obtidos por Duarte (1996) em seu estudo da fala carioca (Tabela 1). No caso do livro de Ruben Fonseca, trata-se de contos escritos na forma de uma troca de cartas entre os personagens. Na passagem examinada, o personagem predominantemente fala de si mesmo, utilizando primeira

**Tabela 1.** Percentual de Elipse de Terceira Pessoa, na Posição Sujeito no Português do Brasil Falado e Escrito\*.

	Fala	Bojunga
Nulo	35%	68%
Pronome	65%	32%

\*Os dados do português falado são de Duarte (1996), referentes à faixa etária de 36 a 45 anos; os demais dados são de PB escrito e são apenas indicativos.

pessoa. Comparam-se, na Tabela 2, os números de sujeitos pronominais e nulos de primeira pessoa contidos nessa passagem do texto aos números obtidos por Duarte (1996).

Os números dos dois tipos de sujeitos formam nas tabelas uma espécie curiosa de imagem reversa. Na fala, usam-se pronomes numa proporção em que aparecem elipses na escrita. Isso que estamos lidando aqui com uma prosa literária, que não tem os compromissos com a normatização dos usos lingüísticos que tem, por exemplo, a escrita acadêmica ou a escrita jornalística. Nossa escrita é resultado do trabalho de nossos escritores, que, historicamente, estão às voltas com a forte pressão normatizadora exercida pelos mais diversos agentes. E a questão é que, no Brasil, essa pressão normatizadora “fala”, a partir da norma gramatical, outra gramática: a gramática portuguesa européia.

**Tabela 2.** Percentual de Elipse de Primeira Pessoa, na Posição Sujeito no Português do Brasil Falado e Escrito\*.

	Fala	Fonseca
Nulo	21%	80%
Pronome	79 %	20%

\*Os dados do português falado são de Duarte (1996), referentes à faixa etária de 36 a 45; os demais dados são de PB escrito e são apenas indicativos.

Considero os dados que aqui discuto especialmente reveladores, entre outras razões, por serem originados de pesquisa realizada dentro dos limites do grupo de brasileiros letrados. Tanto os cariocas entrevistados por Duarte (1996), como as crianças entrevistadas nos estudos citados, são sujeitos de meios letrados; ao falar, usam a variante culta falada do português brasileiro. E mesmo eles conhecerão grandes diferenças gramaticais entre fala e escrita, seja para sofrê-las, seja para delas compartilhar. Isso aparece demonstrado nos dados de Magalhães (2000), que observa incrementos no uso de elipse de sujeito por crianças em idade escolar quando se examina suas redações na escola.

Evidentemente, a situação complica-se ainda mais para falantes de meios não-letrados. De qualquer forma, a questão é que, sempre, a entrada do brasileiro na escrita significará uma experiência de bidialetalismo, exigindo experiência lingüística, languageira, discursiva e, além disso, exigindo monitoramento (ver Bortoni-Ricardo e Dettoni, 2001 para essa questão dos estilos monitorados de uso da linguagem e sua relação com questão de inclusão na educação). E se o brasileiro está na escola para vir a atuar na vida social por meio da escrita em diferentes gêneros, parece que uma das exigências para isso será lidar com essas descontinuidades gramaticais entre a língua que usa em sua fala não monitorada e os estilos mais monitorados do português brasileiro. Mas como oportunizar isso na escola?

## Considerações Finais

A resposta a tal pergunta é de extraordinária complexidade e, acima de tudo, só poderá ser aproximada a cada vez pelo professor na sua relação situada com os alunos concretos que tem. Ainda assim, tudo o quanto se pode ver ao olhar com atenção a fala das crianças indica que, ao mediar a relação entre os alunos e a escrita como prática social significativa, a escola estará oportunizando a máxima continuidade possível entre a aprendizagem da

<sup>11</sup> Para um trabalho alentado acerca dos sujeitos nulos com base em dados da escrita brasileira – no caso, a amostra é de cartas pessoais – ver Paredes da Silva (1993).

fala e da escrita, mesmo sob o ponto de vista de aspectos de gramática. Trata-se aqui de uma defesa do esforço pela escola na direção de não alienar a criança de suas sutis capacidades de apropriação de objetos lingüísticos que sejam para elas ao mesmo tempo significativos e disponíveis. E nossos dados nos fazem lembrar com relação a tal tentativa que, primeiro, a fala das crianças é uma conquista de sua enorme capacidade gramatical e deve ser respeitada pelo que é e, além disso, que nada há de materialmente difícil ou impossível de aprender na gramática da escrita. Suas diferenças são apenas mais algumas propriedades dos recursos lingüísticos oferecidos pelo português, propriedades essas a serem exploradas pela criança: o que será possível desde que não sejam empunhadas pelo professor como símbolos de uma intransponível distância entre o lugar social da criança e o lugar social dos escritos.

### Referências

- BATISTA, A.A.G. 1997. *Aula de Português: discurso e saberes escolares*. São Paulo, Martins Fontes, 162 p.
- BECHARA, E. 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro, Lucerna, 670 p.
- CLAHSEN, H. 1989. Creole Genesis, the Lexical Learning Hypothesis and the Problem of Development in Language Acquisition. In: M. PÜTZ e R. DIRVEN (orgs.), *Wheels within Wheels: Papers of the Duisburg Symposium on Pidgin and Creole Languages*. Frankfurt, Peter Lang.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. 2001. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 748 p.
- DUARTE, I.; MATOS, G. e FARIA, I. 1995. Specificity of European Portuguese Clitics in Romance. In: I.H. FARIA e M.J. FREITAS (orgs.), *Studies on the Acquisition of Portuguese*. Lisboa, APL/Colibri, p. 129-154.
- DUARTE, M.E.L. 1993. Do Pronome Nulo ao Pronome Pleno: a Trajetória do Sujeito no Português do Brasil. In: I. ROBERTS e M.A. KATO (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Lisboa, APL/Colibri, p. 107-128.
- DUARTE, M.E.L. 1995. Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter: Variation and Syntax. Trabalho apresentado no NWave 24, Universidade da Philadelphia, Philadelphia, 12/15 de Outubro. Manuscrito não-publicado.
- DUARTE, M.E.L. 1996. A Perda do Princípio 'Evite Pronome' no Português Brasileiro. *Sínteses*, 1:87-105.
- FARACO, C.A. 2002. A Questão da Língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, 7:33-52.
- FARIA, I.H. 1993. A Aquisição da Noção de "Agente" e a Produção de Sujeitos Sintáticos por Crianças Portuguesas até aos Dois Anos e Meio. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 10:16-50.
- FIGUEIREDO SILVA, M.C. 1996. *A Posição "Sujeito" no Português Brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 201 p.
- FONSECA, R. 1997. *E do meio do mundo prostituto só amores guardei no meu charuto*. São Paulo, Cia. das Letras, 120 p.
- GERALDI, J.W. 1993. *Portos de Passagem*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 284 p.
- GUEDES, P.C. e SOUZA, J.V. 1998. Não apenas o texto, mas o diálogo em língua escrita é o conteúdo da aula de português. In: I. NEVES; J.V. SOUZA; N.O. SCHÄFFER; P.C. GUEDES e R. KLÜSENER (orgs.), *Ler e Escrever: compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 135-154.
- GUIMARÃES, A.M.M. e LAMPRECHT, R.R. 1995. CHILDES Project: using CHILDES for Brazilian Portuguese. In: I.H. FARIA e M.J. FREITAS, *Studies on the acquisition of Portuguese*. Lisboa, APL/Colibri, p. 207-214.
- HYAMS, N. e WEXLER, K. 1993. On the Grammatical Basis of Null Subjects in Child Language. *Linguistic Inquiry*, 24(3):421-459.
- KLEIMAN, A. 1995. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: A. KLEIMAN (org.), *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, Mercado de Letras, p. 15-61.
- MAGALHÃES, T.M.V. 2000. *Aprendendo o sujeito nulo na escola*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 104 p.
- MAGALHÃES, T.M.V. 2006. *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 161 p.
- NUNES, L.B. 1997. *O sofá estampado*. 21ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 107 p.
- PAREDES DA SILVA, V. 1993. Subject Omission and Functional Compensation: evidence from Written Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, 5:35-49.
- PIERCE, A. 1992. *Language Acquisition and Syntactic Theory: A Comparative Study of French and English Child Grammars*. Dordrecht, Kluwer, 184 p.
- BORTONI-RICARDO, S.M. e DETTONI, R.V. 2001. Diversidades Lingüísticas e Desigualdades Sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In: M.I. COX e A.A. ASSIS-PETERSON, *Cenários de Sala de Aula*. São Paulo, Mercado de Letras, p. 81-103.
- BORTONI-RICARDO, S.M. 2004. *Educação em Língua Materna – a Sociolingüística na Sala de Aula*. São Paulo, Parábola, 112 p.
- SIGNORINI, I. 2001. (org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, Mercado de Letras, 192 p.
- SIMÕES, L.J. 1999. Sujeito Nulo na Aquisição do Português do Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 36:105-130.
- SOARES, M. 1986. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. São Paulo, Ática, 96 p.
- VALIAN, V. Syntactic Subjects in the Early Speech of American and Italian Children. *Cognition*, 40(1/2):21-81.

Luciene Juliano Simões

UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil